

GEOGRAFIA ECONÔMICA, MEIO AMBIENTE E O MODELO DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

ECONOMIC GEOGRAPHY, ENVIRONMENT AND THE CORPORATE SUSTAINABILITY MODEL

GEOGRAFÍA ECONÓMICA, MEDIO AMBIENTE Y MODELO DE SOSTENIBILIDAD CORPORATIVA

RESUMO

A sustentabilidade corporativa é um conjunto de preceitos, fórmulas de manejo e de ajustes e mecanismos de aferição e certificação da gestão ambiental constituídos a partir dos interesses econômicos das grandes empresas. Esse conjunto de ações acabam sendo adotados também pelo Estado e mesmo por outros atores da sociedade civil. O objetivo deste artigo é refletir sobre a incorporação da sustentabilidade corporativa nas periferias do capitalismo, a partir de ações ambientais de grandes empreendimentos situados no extremo oeste da Região Metropolitana do Rio Janeiro. Nas periferias do mundo, as ações corporativas têm ocasionado a supressão de diálogos com a população do entorno imediato das empresas e não tem atenuado os impactos nos que sofrem diretamente com os problemas ambientais.

Palavras-chave: geografia econômica; sustentabilidade corporativa; geopolítica ambiental; periferia metropolitana; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Corporate sustainability is a set of precepts, management and adjustment models, and mechanisms for measuring and certifying environmental management, established based on the economic interests of large companies. This set of actions is also adopted by the State and even by other actors in civil society. The goal of this article is to reflect on the incorporation of corporate sustainability in the peripheries of capitalism, based on environmental actions of large enterprises located in the far west of Metropolitan Area of the Rio de Janeiro. In the peripheries of the world, corporate actions suppress dialogue with the population in the immediate vicinity of companies and do not mitigate the impacts on the population that suffers from environmental problems.

Keywords: economic geography; corporate Sustainability; environmental geopolitics; metropolitan periphery; Rio de Janeiro.

RESUMEN

La sostenibilidad corporativa es un conjunto de preceptos, fórmulas de gestión y ajuste y mecanismos de medición y certificación de la gestión ambiental creados en base a los intereses económicos de las grandes empresas. Este conjunto de acciones también terminan siendo adoptadas por el Estado e incluso por otros actores de la sociedad civil. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la incorporación de la sostenibilidad corporativa en la periferia del capitalismo, a partir de acciones ambientales de grandes empresas ubicadas en el extremo oeste de la Región Metropolitana de Río de Janeiro. En las periferias del mundo, las acciones corporativas han tenido como resultado la supresión del diálogo con la población que rodea a las empresas y no han mitigado los impactos sobre quienes sufren directamente los problemas ambientales.

Palabras-clave: geografía económica; sostenibilidad corporativa; geopolítica ambiental; periferia metropolitana; Río de Janeiro.

 Leandro Dias de Oliveira^a

^a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/geouerj.2024.87556

Correspondência:
ldiasufrj@gmail.com

Recebido em: 07 mai. 2024

Revisado em: 19 jun. 2024

Aceito em: 22 ago. 2024



INTRODUÇÃO

David Cooperrider (2011 [2010]), professor de empreendedorismo social na Weatherhead School of Management da Case Western Reserve University, nos Estados Unidos, é enfático: a sustentabilidade não deve ser uma atividade paralela ao negócio real das empresas, nem tampouco se tornar uma atividade compensatória, insuficientemente lucrativa ou irrelevante; a sustentabilidade deve ser estratégica para a criação de riquezas, mitigação de riscos, produtividade radical dos recursos e da energia e, entre outros benefícios, a catalização de modelos inovadores radicais e disruptivos. Segundo o autor, quando as empresas adotam a sustentabilidade *“como uma lente estratégica para criar valor para os acionistas, elas, invariavelmente, fazem mais e melhor para o mundo do que aquelas que consideram este trabalho uma atividade paralela de responsabilidade social”*. Ou seja, *“quando a sustentabilidade é competente e sistematicamente gerenciada para criar fontes intocadas de valor, ela automaticamente cria uma plataforma mais eficaz para a responsabilidade corporativa”* (COOPERRIDER, 2011 [2010], p. 305).

Neste sentido, a sustentabilidade quando *incorporada* gera vantagem competitiva, argumenta Chris Laszlo e Nadya Zhexembayeva (2011 [2010]). Chris Laszlo é colega de departamento de Cooperrider, mas também cofundador e sócio-diretor da Sustainable Value Partners LLC, uma firma especializada em sustentabilidade e vantagem empresarial. Nadya Zhexembayeva é Professora Catedrática da Coca-Cola Chair de Desenvolvimento Sustentável na Bled School of Management (IEDC), um centro de educação executiva sediado nos Alpes Eslovenos, além de sócia também da Sustainable Value Partners LLC. A Sustainable Value Partners LLC tem entre seus clientes a Bayer Corporation, a L'Oréal, a suíça UBS Group AG, a France Telecom, a FirstEnergy Corp., a Lafarge S/A, a Polaroid Corporation, entre outras, segundo a página eletrônica da empresa (<http://www.sustainablevaluepartners.com/>).

O foco na eficiência ecológica e a priorização do valor sustentável não deve alterar os princípios que guiaram as empresas por séculos, argumentam os autores. Assim, há que conciliar o interesse dos acionistas-proprietários e dos *stakeholders*, partes interessadas diretamente no sucesso da empresa. Uma estratégia corporativa inovadora deve incluir as preocupações de grupos diversos, desde organismos governamentais, grupos políticos até organizações não-governamentais, sindicatos, associações de consumidores e, na verdade, a sociedade como um todo (FREEMAN, 1984). A questão ambiental no âmbito corporativo é eivada de proposições diversificadas de grupos distintos, sem jamais abdicar dos interesses seculares que permeiam as decisões dos proprietários.

É neste cenário, no qual o meio ambiente se consolida como um negócio no âmbito corporativo, que propomos refletir sobre quais as implicações ecológico-territoriais do modelo empresarial de gestão da natureza, que sintetizamos como *sustentabilidade corporativa*. A sustentabilidade corporativa engloba



diversas ações, como: a promoção de atividades de responsabilidade socioambiental e de políticas de empreendedorismo verde; a adoção do padrão ESG (*Envirionmental, Social e Governance*) de boas práticas ecológico-sociais empresariais; a adequação corporativa à Agenda 2030 e aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; a viabilização de estratégias como logística reversa e reciclagem, de mecanismos de filtragem e descontaminação, a redução da produção de lixo e do desperdício de água e a opção por processos digitais em vez do uso do papel; o uso de energias alternativas; o estímulo à criação de *sustainable startups*, a escolha de fornecedores ecologicamente sustentáveis e a educação ambiental dos empregados e *colaboradores*; a parametrização das medidas tomadas por meio de índices de sustentabilidade empresarial, a redação e publicização de relatórios de sustentabilidade e a conquista e propaganda de certificações ecológicas.

Partimos, assim, de uma hipótese: a *sustentabilidade corporativa* não é exatamente uma adequação do modelo de desenvolvimento sustentável aos interesses empresariais, mas a construção de um formato hegemônico de gestão da natureza, cujas estratégias, mensurações e certificações impregnam progressivamente as ações do Estado e da própria sociedade civil. Com base nos trabalhos de *stakeholders*, conselhos empresariais globais, firmas de certificação verde e de associações globais de empresas, a *sustentabilidade corporativa* desloca o diálogo ambiental de uma arena política que deveria incluir verdadeiramente toda a sociedade para um espaço reservado no qual a prioridade são os interesses de empresários e investidores.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a incorporação da sustentabilidade corporativa nas periferias do capitalismo, a partir da análise das ações ambientais de grandes empreendimentos situados no extremo oeste da Região Metropolitana do Rio Janeiro. Metodologicamente, foram escolhidas algumas empresas específicas que estão sendo pesquisadas no âmbito do grupo de pesquisa Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea, do Laboratório de Geografia Econômica, Política e Planejamento da UFRRJ. Para este trabalho, a revisão da literatura terá foco específico na geografia econômica da sustentabilidade corporativa e na sua emergência no âmbito da geopolítica ambiental (OLIVEIRA, 2019).

São três os segmentos principais que compõem este artigo: em *A sustentabilidade corporativa como norma*, o intento é construir uma definição do modelo à luz da *Geografia* e, portanto, de seus rebatimentos econômico-ecológico-espaciais; a seguir, em *Geopolítica ambiental e sustentabilidade corporativa*, o escopo é relacionar a construção diplomática da agenda ambiental com o avanço do modelo empresarial de conservação da natureza; por fim, em *A incorporação da sustentabilidade corporativa nas periferias do capitalismo*, a reflexão será realizada a partir das implicações do modelo nas áreas menos abastadas e visíveis aos grandes centros econômicos do mundo.



A SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA COMO NORMA

Milton Santos (2002 [1996]) afirma em “*A Natureza do Espaço*” que o mundo se dá sobretudo como norma. Valores técnicos, informacionais, econômicos, sociais, políticos e culturais são espacializações ensejadas pelo mundo, de forma desterritorializada e teleguiada. Segundo o autor, a formação socioespacial estabelece a mediação das formas geográficas, transformadas ou naturais, e das normas de uso do território, sejam jurídicas ou costumeiras, formais ou informais. Neste sentido, “*a utilização dos lugares pelas empresas, sobretudo as firmas gigantes, depende desses dois dados e não apenas de um deles*” (Santos, 2002 [1996], p. 337). Entendemos que é exatamente disso que estamos tratando: das normas de uso do território, encapsuladas pelo modelo corporativo de sustentabilidade e que solapam a própria forma de ordenamento espacial do Estado.

Num primeiro momento, a sustentabilidade corporativa se apresenta como a adequação das empresas aos princípios do desenvolvimento sustentável (SWARNAPALI, 2017), cujo objetivo é conjugar os resultados e interesses econômicos das companhias com a adoção de medidas de cuidados ambientais diversos. Além dos preceitos contidos em documentos internacionais como o *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1988 [1987]), a *Agenda 21* (CNUMAD, 1996 [1992]) e a *Agenda 2030* (UNITED NATIONS, 2015), que contém os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (17 ODS), há na sustentabilidade corporativa uma miríade de princípios neoliberais e orientações do universo empresarial a serem privilegiados em relação às questões ecológico-sociais.

Todavia, entendemos que o modelo não se trata tão somente de uma adequação do desenvolvimento sustentável aos interesses empresariais, mas de algo além: a *sustentabilidade corporativa* é um conjunto de preceitos, fórmulas de manejo e de ajustes e mecanismos de aferição e certificação da gestão ambiental constituídos a partir dos interesses econômicos das grandes empresas, que passam progressivamente a ser adotados não somente por empreendimentos de diferentes magnitudes, mas também pelo Estado em suas diferentes escalaridades e mesmo outros atores da sociedade civil. Ou seja, a *sustentabilidade corporativa* é o desenvolvimento sustentável sem máscaras, disfarces ou penumbras, se constituindo como um ajustamento economia-ecologia sob o império da primeira.

Este modelo de sustentabilidade só se torna possível devido ao padrão neoliberal de *Governo Empresarial*, conforme apresentado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016 [2010]) na obra “*A nova razão do mundo: ensaio sobre o neoliberalismo*”. Os autores reforçam a emersão de um padrão de governo empresarial por intermédio de um verdadeiro culto à firma. Esse governo empresarial promove uma gestão compartilhada por modelos de governança público-privada sob fórmulas de gerencialismo, de mercadorização da gestão estatal e da própria subversão da democracia e dos direitos dos cidadãos.



Neste Estado flexível, o vocabulário empresarial é adotado por seus agentes, com a privatização da construção das normas, hibridação das ações públicas e privadas e egoísmo das ações empreendidas, substituindo-se a perspectiva coletiva pela corporativa e os interesses gerais por particulares. Se o Estado passa a ser compreendido como empresa e o lucro se torna a sua razão principal, as noções mercadológicas de eficácia e desempenho e a usurpação econômica do termo liberdade acabam por sedimentar o paradigma, que provoca o esvaziamento do planejamento e da gestão da coisa pública. Mediante o domínio das finanças sobre as outras áreas da economia, por meio de uma financialização de tudo (HARVEY, 2008 [2005]), o Estado Neoliberal se torna um terreno fértil para o cultivo de medidas ambientais com base em modelos corporativos de gestão.

A própria emergente Geografia Econômica Ambiental (*Environmental Economic Geography* - EEG), promovida por pesquisadores do Reino Unido, atrelou inicialmente os debates sobre a questão ambiental à Geografia Econômica por meio de um vocabulário muito próximo ao da firma: externalização de custos ambientais, governança externa, inovação tecnológica, escala organizacional, fatores de influência, externalidades ambientais negativas, preços de mercado, regulamentação, evolução institucional, mecanismos evolutivos sinérgicos, eficiência verde, entre muitos outros (HE et. al., 2022). A norma corresponde ao conjunto de interesses corporativos e o território se torna palco de mediações baseadas, local e globalmente, nos desígnios de investidores-acionistas, grandes companhias e *stakeholders*.

Mesmo utilizando o glossário de firma, por óbvio o Estado permanece constituindo o arcabouço capaz de criar contrapesos às ações ambientalmente impactantes, exigir agendas públicas para as ações de maior implicação ecológico-territorial e gerenciar, fiscalizar e, caso se mostre necessário, conter qualquer medida de grave impacto ambiental. Mas todo este processo de contaminação da esfera pública pelos dogmas corporativos não somente serve de adestramento das ações governamentais, mas ainda permite, em última instância, que ocorra a terceirização das responsabilidades sociais e ecológicas, por meio da transferência de tais obrigações dos governos e gestores públicos de diferentes institucionalidades para o setor de responsabilidade social e ambiental das empresas.

Se as grandes empresas se revelam protagonistas na proteção ambiental, por meio da formulação de ideias, ações e intervenções, instituição de agendas, parcerias e arcabouços de governança e pela estruturação de mecanismos de avaliação, certificação e propaganda dos resultados, o movimento se completa com o financiamento direto a organizações não-governamentais, universidades e instituições públicas e privadas, *startups* e empresas *spin-offs*, propondo acordos de cooperação direta para aprimoramento da proteção ambiental. Trata-se de uma verdadeira prospecção e canalização de ideias inovadoras e soluções inteligentes, que ao invés de serem captadas como possibilidades de efetivação de políticas públicas pelo Estado são



encaminhadas diretamente para os departamentos empresariais de meio ambiente e *marketing* para ajustamento aos interesses de seus acionistas e imediata propaganda positiva, rebatimento nas estratégias de comunicação e no próprio desenvolvimento do negócio.

GEPOLÍTICA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

Hector Leis e José D'Amatto (1995) dividem historicamente o movimento ambientalista da segunda metade do Século XX em cinco decênios: na década de 50 teríamos o ambientalismo dos cientistas, com a inclusão da temática em breves relatórios e documentos da UNESCO; na década seguinte se destaca o ambientalismo das ONGs e dos movimentos sociais; já nos anos 70, ocorre a institucionalização do ambientalismo, com a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a gerência definitiva, por parte da ONU, das questões intrínsecas à problemática ambiental; a partir de 1980 tem-se a era do fortalecimento dos Partidos Verdes e constituição da Comissão Brundtland, que definirá a concepção de desenvolvimento sustentável como agenda do novo século; e, por fim, na década de 90, o ambientalismo atinge as empresas, que passam a adotar o desenvolvimento sustentável em suas estruturas produtivas e mercadológicas, numa espécie de empreendedorismo verde. Gilberto Montibeller-Filho (2008) destaca o interesse em aproveitar o mercado verde emergente, que valoriza e até impõe a adoção de cuidados ambientais. É possível vincular a adoção da questão ambiental pelas empresas com a globalização, bem como com o neoliberalismo econômico, que preconizou a abertura dos mercados nacionais para o livre-mercado.

Todavia, as relações entre capital e proteção ambiental são mais remotas e devem ser lembradas. A proclamação do desenvolvimento sustentável como solução dos anátemas ambientais, tanto no Nosso Futuro Comum quanto na Agenda 21, reverberou a defesa do conservacionismo (DIEGUES, 1996), termo articulado especialmente na virada do século XIX-XX pelo engenheiro florestal Gifford Pinchot, que foi nomeado chefe da Divisão de Silvicultura em 1898 pelo presidente norte-americano William McKinley e a seguir fundou e se tornou o primeiro chefe do Serviço Florestal dos Estados Unidos em 1905. Os conservacionistas atentaram para a necessidade de uso adequado e criterioso dos recursos naturais de forma racional para se evitar o desperdício (DIEGUES, 1996). Trata-se de uma proposta de uso adequado da natureza enquanto recurso (RIBEIRO, 2005), baseado em uma apropriação metódica dos mesmos (DIEGUES, 1996), algo que Joan Martinez-Alier (2007) denominou de “*evangelho da eficiência*”.

Gifford Pinchot foi um destacado membro do Partido Republicano e governador da Pensilvânia, entre os anos de 1931 e 1935. Era o filho mais velho de um bem-sucedido comerciante de móveis e neto de um dos mais ricos incorporadores imobiliários da cidade de Nova York, todos com fortes relações políticas com nomes importantes no cenário nacional. Estudou em excelentes colégios e fez sua graduação em *Yale University* e



posteriormente pós-graduação na *École Nationale des Eaux et Forêts*, em Nancy, na França. Pinchot defendia a tomada de cuidados ambientais num contexto transformação da natureza em mercadoria. Suas ideias influenciaram diretamente seu amigo Theodore Roosevelt, presidente norte-americano entre 1901 e 1909, que também adotou uma perspectiva ecológico-liberal durante seu governo.

A retomada das ideias conservacionistas na segunda metade do século XX ocorreu em meio às dificuldades de equacionamento entre crescimento econômico e proteção ambiental. Um dos primeiros estudos a focar na questão econômico-ecológica foi o *“Limites do Crescimento: Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade”* (*The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*), trabalho editado no ano de 1972 redigido por Dennis L. Meadows, Donella H. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III. Trata-se de um longo estudo crítico ao crescimento exponencial, realizado por uma equipe do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), sob encomenda do Clube de Roma.

O Clube de Roma é uma organização fundada em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei, para quem *Limites do Crescimento* é dedicado. Autor da obra *“The Chasm Ahead”* (1969), Peccei era presidente do Comitê Econômico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e possuía experiências como executivo da Fiat e da Olivetti. O Clube de Roma é uma espécie de *think tank* fundado como um grupo informal de trinta economistas, cientistas, educadores e industriais num encontro na capital italiana. Já em 1970 esse clube possuía 75 membros de 25 países, com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental. Os trabalhos do Clube de Roma, que permanece ativo e reunindo personalidades globais, sempre contaram com o financiamento da Fundação Volkswagen, da FIAT, da Fundação Ford, da Royal Dutch Shell, da Fundação Rockefeller, entre outras (REBÊLO Jr., 2002).

Limites do Crescimento foi redigido ao mesmo tempo que surgiam e se consolidavam movimentos ambientalistas e partidos ecológicos, em que se acelerava a tecnificação em larga escala (HABERMAS, 2014 [1968]) e que despontavam as formas flexíveis de produção (HARVEY, 2004 [1989]; HOOGLVELT, 1997). Junto com a reestruturação produtiva em curso, crescia a compreensão da demanda qualificada de “estoques de natureza”. As necessidades de mudança na matriz energética, a defesa de estoques de recursos advindos da natureza e o próprio uso instrumental dos espaços naturais só revelam o quão o processo de adequação ecológica e acolhimento de concepções como desenvolvimento sustentável sempre estiveram atavicamente relacionados ao processo de reestruturação produtiva do capital.

O industrial suíço presidente do BCSD (*Business Council for Sustainable Development*) Stephan Schmidheiny, que também foi consultor principal de comércio e indústria junto à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, afirma que o verdadeiro acerto entre *economia* e



ecologia ocorreu na conferência de cúpula do Grupo dos Sete (G7), em 1989, antes da convocação da Conferência do Rio de Janeiro, quando os sete países mais poderosos economicamente do mundo fizeram um apelo no sentido da “*adoção imediata, em âmbito mundial, de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável*” (SCHMIDHEINY, 1992). O Grupo dos Sete, que envolve as nações mais desenvolvidas do mundo (Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Alemanha, Itália e Reino Unido), já se mostrava fundamental nas decisões mundiais.

As corporações pactuaram o modelo na 2ª. *Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental* (1991), organizada pela Câmara Internacional do Comércio, com a assinatura de um catálogo de diretrizes intitulado “*Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*”, que criou e estimulou a adoção de práticas administrativas para efetivar esta nova estratégia de progresso econômico (SCHMIDHEINY, 1992). Nesta conferência realizada em Rotterdam, na Holanda, onde participaram os dirigentes de mais de 700 empresas – como a General Motors, Imperial Chemical Industries, Dupont e Bayer –, foi indicada como condição básica para consecução do desenvolvimento sustentável a adoção do livre comércio.

Stephan Schmidheiny é autor da obra “*Mudando o Rumo: uma perspectiva empresarial sobre o desenvolvimento e o meio ambiente*”, um resumo executivo de um conjunto de conferências, *workshops* e outras atividades que reuniram cinquenta líderes de grandes empresas mundiais, como as gigantes Procter & Gamble, Shell, Kiocera e Volkswagen. Segundo André Lago (2007), esta obra pretendia ter impacto semelhante na Conferência do Rio a “*Limites do Crescimento*” em Estocolmo. Vale acrescentar que Stephan Schmidheiny, protagonista nos debates empresariais globais sobre meio ambiente, multibilionário suíço, herdeiro e CEO da Eternit e famoso filantropo, foi condenado pelo Tribunal de Turim, em 2012, a 16 anos de prisão e ao pagamento de 100 milhões de euros pela morte de milhares de pessoas por doenças relacionadas ao amianto, contaminadas em plantas da Eternit na Itália (BUDÓ, 2017).

Estado e capital, empresários e governantes, movimentos sociais e *stakeholders*, não é possível depurar a geopolítica ambiental apenas sob o signo da diplomacia e das decisões dos Estados-Nação nos fóruns da ONU e nas conferências sobre meio ambiente. Aliás, mesmo as grandes conferências, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, foram lideradas pelo empresário canadense Maurice Strong. Strong começou seus negócios no setor petrolífero de Alberta, foi presidente da Power Corporation of Canada até 1966, CEO da Petro-Canada de 1976 a 1978, presidente da *Canada Development Investment Corporation*, e em 1992 tornou-se presidente da Ontario Hydro, uma das maiores concessionárias de energia da América do Norte.



O que há em comum entre as conferências de Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992 e 2012) e Johannesburgo (2002), para ficarmos apenas nos exemplos mais proeminentes, é o foco no debate sobre financiamento. A constituição de um Fundo Verde no âmbito da Assembleia Geral da ONU, por exemplo, jamais logrou sucesso, sendo mantido o *Global Environmental Facility* (GEF), inserido no Banco Mundial e sujeito à lógica das instituições de Bretton Woods (com voto ponderado, e, por conseguinte, dominado pelos países mais industrializados). Medidas mais austeras de controle de poluição sempre são adiadas devido às dissonâncias entre os conselhos diplomáticos e chefes de Estado sobre as percentagens capazes de afetar suas economias. A espinhosa questão das patentes permanece sob os auspícios da Rodada Uruguai – acordo internacional que extinguiu o GATT (Acordo Geral para Tarifas e Comércio) e instituiu a OMC (Organização Mundial de Comércio) – e do Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio), e se mantém um sistema neoliberal rigoroso de patentes e direitos autorais bastante prejudicial aos países periféricos, sustentado na propriedade intelectual sobre microorganismos, processos não-biológicos e microbiológicos (IADEROZZA, 2007, 2015).

O recente “*Transformando nosso mundo: a agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável*” (ONU, 2015), que propugnou os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, convoca todos a contribuir por meio da efetivação de uma *Parceria Global*, um engajamento mundial intensivo que reúne governos, sociedade civil, setor privado, o Sistema das Nações Unidas e outros atores, e que seja capaz de mobilizar todos os recursos disponíveis (ONU, 2015). A Parceria Global tem apoio, segundo o próprio documento, nas políticas e ações concretas delineadas na Agenda de Ação de Adis Abeba, resultado da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento (FpD3 Etiópia, 13 a 16 de julho de 2015). Na ocasião, elegeu-se a atividade comercial privada como o motor do desenvolvimento, subscrevendo ao universo empresarial a produtividade, o crescimento econômico inclusivo e a criação de empregos (OLIVEIRA, 2024), ou seja, as virtudes socioeconômicas do tempo presente.

Há um giro na questão ambiental que não deve ser ignorado: o fortalecimento do capital privado no financiamento das ações ecológicas, a eleição de parcerias como mecanismos decisórios e o protagonismo das empresas como portadoras das soluções ambientais significam um novo movimento geopolítico, que tende a ampliar o abismo não somente entre os interesses das grandes corporações e da sociedade civil, mas também entre os centros e periferias do mundo.

A INCORPORAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA NAS PERIFERIAS DO CAPITALISMO

A Ternium Brasil (outro, Companhia Siderúrgica do Atlântico Sul – CSA) é uma das maiores siderúrgicas do Brasil e da América Latina, cuja planta industrial se localiza no bairro carioca de Santa Cruz, contíguo à



cidade de Itaguaí, estado do Rio de Janeiro. Construída pelo grupo industrial alemão ThyssenKrupp, a siderurgia entrou em operação em 2010, sendo comprada pelo grupo Ternium em 2017, numa operação que envolveu 1,4 bilhão de euros.

Contaminação do ar, da terra e das águas, mortalidade de espécies marinhas da Baía de Sepetiba e mesmo a construção de uma barragem no Canal do São Francisco, do Rio Guandu, que impede a passagem de barcos pequenos: esses são alguns dos impactos referentes à atuação da unidade siderúrgica da Ternium. A empresa é responsável por elevar em 76% as emissões de CO₂ na cidade do Rio de Janeiro, segundo dados da Secretaria de Estado do Ambiente (MOURA, RODRIGUES, 2018), gerando um verdadeiro sofrimento ambiental às margens da Baía de Sepetiba (TAVARES, 2022). Iara Moura e Isabelle Rodrigues (2018) ainda reforçam: desde o início das obras da siderurgia, a população local foi afetada, com inúmeras famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sendo obrigadas a abandonar suas atividades ao serem retiradas para a implantação do empreendimento.

A Ternium apresenta em sua página oficial uma defesa da sustentabilidade (GERMANO, 2020), vista como “motor para desenvolvimento e inovação”, presente “no DNA” da empresa. Segundo o site, a empresa realiza “gestão sistemática dos impactos ambientais, priorizando o reaproveitamento dos coprodutos gerados no processo produtivo e a gestão otimizada dos recursos não renováveis”. Neste cenário, a sustentabilidade permite “a melhoria do desempenho econômico, ecológico e social”. A Ternium possui certificação ISO 14001 por Sistema de Gestão Ambiental e em 2018 foi eleita campeã de sustentabilidade pela *World Steel Association*¹.

A World Steel Association é uma organização sem fins lucrativos com sede em Bruxelas, na Bélgica. A organização corresponde a uma associação de produtores de aço, de associações nacionais e regionais da indústria siderúrgica e institutos de pesquisa em aço, cujos membros representam cerca de 85% da produção mundial de dessa liga metálica². Como se nota, a Ternium foi premiada por seus congêneres, num julgamento acerca de uma concepção de sustentabilidade forjada nos escritórios das empresas da organização.

Com o extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro se consolidando como importante entroncamento logístico, a cidade de Seropédica tem recebido importantes investimentos no setor, como o caso da chegada da Golgi Seropédica, na RJ-125. Trata-se de um Fundo de Investimento Imobiliário – FII (“Fundo Golgi” ou “Golgi”) com foco em ativos imobiliários logísticos que possui investidores estrangeiros e locais e que agrega dois grandes nomes do mercado imobiliário: Cadillac Fairview, como investidora, e Autonomy Investimentos, como gestora de recursos.

¹ Consultar: <https://br.ternium.com/pt/sustentabilidade/meio-ambiente>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

² Consultar: <https://worldsteel.org/>. Acesso em: 05 de julho de 2024.



Segundo a página da companhia, a Golgi tem compromisso com o ESG (*Environmental, Social and Governance*), o que confere à empresa uma série de certificações ambientais. Além disso, a Golgi teve sua construção projetada sob o conceito de sustentabilidade do *Green Building Council*³, que é um movimento global, presente em 80 países, que trabalha pela transformação da indústria da construção em direção à sustentabilidade, de forma independente e sem fins lucrativos, apoiados pelas forças de mercado e atuando em todas as fases de uma edificação – concepção, construção, interiores e operação. Os “*green buildings*” contribuem, segundo informação contida em sua página oficial, para a consecução da maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas.

Assim, a Golgi Seropédica tem um padrão internacional de construção de edifícios verdes, certificados pelo selo LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), que é uma adequação às necessidades produtivo-logísticas contemporâneas sob tintura verde. Para a edificação do modelo, não foi necessário qualquer diálogo com a comunidade do entorno, feita de trabalhadores simples e que em boa parte sobrevivem da agricultura familiar.

A MRS Logística S.A., controlada pela CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), é a concessionária que opera a chamada Malha Regional Sudeste da Rede Ferroviária Federal S/A, agregando Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e promovendo o transporte de *commodities* minerais e agrícolas entre as regiões produtoras, grandes centros de consumo e cinco dos maiores portos do país (Rio de Janeiro, Itaguaí, Porto Sudeste, Guaíba e Santos). Segundo a própria empresa, a MRS foi a primeira ferrovia brasileira licenciada pelo Ibama, realiza continuamente os monitoramentos e controles dos aspectos ambientais relacionados às suas atividades, recuperou mais de 116.000 m² de áreas degradadas e mantém o uso de energia solar para a iluminação de pátios de manobra e a utilização de dormentes de plástico em substituição aos de madeira nativa, sempre que possível⁴.

Os relatórios da empresa apresentam o padrão GRI (*Global Reporting Initiative*)⁵. Com sede em Amsterdã, a Global Reporting Initiative é uma organização internacional independente que ajuda empresas e outras organizações a assumirem a responsabilidade por seus impactos, fornecendo-lhes a linguagem global comum para comunicar esses impactos e os padrões mais utilizados no mundo para relatórios de sustentabilidade. Os resultados corporativos são padronizados internacionalmente, para dar publicidade sobre suas ações e resultados corporativos aos seus diferentes públicos de relacionamento⁶.

³ Consultar: <https://www.gbcbrasil.org.br/>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

⁴ Consultar: <https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/meio-ambiente/>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

⁵ Consultar: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 05 de julho de 2024.

⁶ Consultar: <https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-mrs/>. Acesso em: 10 de julho de 2024.



A MRS pertence à CSN, responsável pela edificação de uma pequena cordilheira de resíduos siderúrgicos às margens do Rio Paraíba do Sul, na cidade de Volta Redonda, e cuja maior unidade siderúrgica contamina a água, o ar e o solo, causando o adoecimento da população da cidade com a emissão de poluentes. Movimentos empresariais globais sobre o meio ambiente, organizações “sem fins lucrativos” e padrões internacionais de confecção de relatórios ambientais não atenuam os impactos sentidos por quem sofre no organismo as dores da poluição.

CONCLUSÕES

Ternium, Golgi e MRS Logística S.A. – a primeira localizada em Santa Cruz (no limite com Itaguaí); a segunda com uma importante unidade em Seropédica, mas que também tem outra localizada em Duque de Caxias, às margens do Arco Rodoviário Metropolitano Fluminense (BR-393); e a terceira integrando Minas Gerais à área portuária de Sepetiba-Itaguaí –, são apenas alguns exemplos, porém muito importantes, da incorporação da sustentabilidade corporativa na periferia metropolitana do Rio Janeiro. Permanecem sob investigação científica outras unidades produtivo-logísticas situadas nas periferias metropolitanas fluminenses: a Refinaria Duque de Caxias (Reduc-Petrobrás S.A.); o Polo GasLub Itaboraí (Petrobrás S.A.); a Usina Termoelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Seropédica-Petrobrás S.A.); a Raízen Combustíveis e a Indústria Química Braskem, em Duque de Caxias; a AMBEV Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro; a BRF Seropédica; a Gerdau Cosigua Santa Cruz; a Usina Termelétrica de Santa Cruz (Furnas-Eletróbrás); e o complexo portuário de Itaguaí. Todas estão incluídas entre as maiores empresas do Brasil em receita líquida⁷.

Contudo, com base no trabalho de investigação já realizado, apresentamos algumas reflexões e conclusões sobre a concepção da sustentabilidade corporativa e suas repercussões nas periferias, em especial a partir da realidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

- (i) O protagonismo das grandes corporações na geopolítica ambiental é observável na liderança empresarial nos grandes estudos globais sobre o tema e nas articulações das conferências ecológicas realizadas no âmbito da ONU. O relatório “Limites do Crescimento”, as reuniões preparatórias realizadas com delegações de grandes companhias internacionais e o papel de destaque de grandes empresários na organização das grandes conferências ambientais são exemplos desse protagonismo;

⁷ Informação fundamentada na plataforma *Economica* com base no ano de 2021, apresentada em reportagem do Portal G1, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/01/quais-sao-as-maiores-empresas-do-brasil-em-receita-lucro-e-valor-de-mercado.ghtml>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.



- (ii) Apesar de certa maleabilidade, a concepção de desenvolvimento sustentável, oriunda do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), publicado em 1987, e celebrada na Conferência do Rio de Janeiro realizada em 1992 por intermédio da assinatura da Agenda 21, carrega o signo da aplicação do neoliberalismo econômico nas ações de proteção ambiental a serem adotadas globalmente;
- (iii) A formulação do desenvolvimento sustentável resgata os dogmas do modelo conservacionista, cuja matriz é o pensamento liberal do final do século XIX, e relega à natureza a condição de recurso econômico que necessita ser utilizado de forma racional e cuidadosa. A ecoeficiência é a maneira tecno-científica de conservação ambiental *par excellence*, mantendo sob a responsabilidade de uma fração de classe e de capital os ajustes necessários para a constituição do modelo;
- (iv) A capilarização da Agenda 21, os incentivos governamentais e de mercado à agenda ecológica, a aceitação de modelos mais explícitos de ajuste economia-ecologia sob o signo da lucratividade – como os princípios da *economia verde*, celebrado especialmente na conferência Rio+20, realizada em 2012 (OLIVEIRA, 2014) – e a ampliação do mercado para ações ecológicas extremamente lucrativas consolidaram o meio ambiente como um grande e incontornável negócio;
- (v) Com a virada do século XX-XXI ocorreu uma agudização da incorporação, de forma explícita, da questão ambiental pelos interesses corporativos, por intermédio de grandes acordos e conferências internacionais que ampliaram o financiamento privado de ações ambientais globais e que passaram a privilegiar capitais privados e sistemas de parceria e governança global na proteção ambiental;
- (vi) Sob a égide da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (17 ODS), parcerias globais e estratégias de governança ambiental têm permitido que modelos empresariais de sustentabilidade se tornem capazes pautar a adequação economia-ecologia em escala global. Essa adequação ocorre por meio dos princípios da *sustentabilidade corporativa*, baseada em ações como o avanço do uso das tecnologias limpas, no livre comércio e no protagonismo das grandes empresas;
- (vii) Iniciada com o rescaldo da crise econômica de 2008, testemunhando a eleição de figuras antiecológicas como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, e terminando com uma profunda crise ecológico-sanitária fruto da pandemia da covid-19, a década de 2011-2020 apresentou importantes retrocessos na agenda ambiental global. Isso não somente transformou o desenvolvimento sustentável em concepção *avant-garde* – por óbvio, é melhor que



uma empresa adote quaisquer princípios de proteção ecológica do que polua de forma indiscriminada – , como substanciou relações mais consistentes com o mercado em busca de parcerias ambientais;

- (viii) A incorporação maciça dos objetivos, interesses, metodologias, conceitos e estratégias do universo da grande empresa no manejo ecológico tem pautado inclusive as ações do Estado e de outros atores da sociedade civil. O Estado Gerencial, sob os dogmas do neoliberalismo, incorpora não somente o léxico conceitual da empresa, mas adota como formas de mensuração do sucesso de suas ações ambientais baremas internacionais ditados por organismos de mercado. Por sua vez, financiados por grupos empresariais e cobrados pela entrega de relatórios e construção de índices e indicativos, ONGs, universidades, coletivos e outros fóruns se adequam ao horizonte corporativo e passam a ser coordenados por instrumentos gerenciais de mercado na metodologia empregada e na aferição dos resultados;
- (ix) Com realidades tão díspares de atuação do Estado e da sociedade civil, mas também de efetividade das leis, respeito às políticas ambientais e suscetibilidade aos problemas ecológicos, o modelo de sustentabilidade corporativa tem sido adotado, deliberado e implementado de maneiras e com ritmos diferentes nos centros e periferias do mundo, com distintas implicações territoriais. Medidas compensatórias alhures, pouco diálogo com o entorno, criação de áreas verdes muradas, entre outras ações, implicam num cenário turvo de medidas ambientais que ampliam a segregação e exclusão, bem como dissimulam os problemas ambientais com ações simplórias e distantes dos reais problemas locais e regionais;
- (x) Ações ambientais de grandes empresas, certificações e premiações realizadas por organizações sem fins lucrativos – mas mantidas por grandes investidores internacionais –, relatórios padronizados internacionalmente e modelos de construção de prédios ou estandardização de produtos sob os dogmas do desenvolvimento sustentável não atenuam os males das zonas de sacrifício, muitas vezes ocultas nas periferias do mundo, nem tampouco permitem quaisquer transformações ecológico-territoriais que garantam uma relação menos destrutiva sociedade-natureza.

Mais importante que realizar um julgamento do sucesso da adoção dos dogmas da sustentabilidade corporativa na proteção ambiental ou das repercussões, positivas ou negativas, do modelo nos centros e periferias do mundo, apresentamos algumas indagações, que não devem ser negligenciadas ou postergadas: *qual o futuro planetário num horizonte no qual as grandes corporações são as responsáveis por elaborar, implementar, mensurar e certificar o sucesso das medidas de proteção ambiental? Será que grandes*



empresários, investidores e stakeholders são mais habilitados para a resolução dos problemas ambientais que a população das grandes cidades, os povos originários-tradicionais, as populações ribeirinhas e tantos sujeitos que vivem em meio aos problemas ambientais? Tendo o negócio como foco e os interesses corporativos como motores do desenvolvimento sustentável, quando a escolha for proteger ou ampliar os lucros, como se comportarão os grandes empresários? Com o abismo existente entre centros e periferias, o que esperar de um modelo onde sucesso e fracasso poderão ser relativizados, compensados ou mesmo terceirizados para aqueles que não participam efetivamente deste verdadeiro mundo dos negócios? Por fim, neste cenário de sustentabilidade corporativa, quais são os objetivos do desenvolvimento sustentável, quais os interesses agendas ecológicas globais propostas pela ONU e qual o futuro comum que nos é apresentado, planejado e defendido? Observando a periferia metropolitana do Rio de Janeiro já é possível obter algumas respostas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio ao projeto *Ecologia Política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável: implicações nas periferias metropolitanas*, do qual essa análise é resultado. Este projeto foi agraciado com Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ 2-CNPq) e financiamento do programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE-FAPERJ), além de bolsas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado, de fundamental importância para a sua realização.

REFERÊNCIAS

- BUDÓ, Marília de Nardin. "Do sofrimento individual à luta coletiva contra o amianto em Casale Monferrato: Um olhar criminológico". In: PIRES, Cecília Maria Pinto; PAFFARINI, Jacopo; CELLA, José Renato Gaziero. **Direito, Democracia e Sustentabilidade**: anuário do programa de pós-graduação stricto sensu em Direito da Faculdade Meridional. Erechim: Deviant, 2017.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988 (1987).
- CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal; 1996 (1992).
- COOPERRIDER, David. "Posfácio. Sustentabilidade para estratégia (não estratégia para sustentabilidade)". In: LASZLO, Christopher; ZHEMBAEVA, Nadya. **Sustentabilidade incorporada: a nova vantagem competitiva**. Tradução Maya Reyes-Ricon, do inglês: *Embedded Sustainability: A Strategy for Market Leaders*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016 (2010).
- DIEGUES, Antonio C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FREEMAN, R. Edward. **Strategic Management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.



GERMANO, André Luiz do Nascimento. **Novo desenvolvimentismo brasileiro: a atuação da Ternium CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico**, em Santa Cruz, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

HABERMARS, Jurgens. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: Benjamin. Habermas. Horkheimer. Adorno. **Seleção de Textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2004 (1989).

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008 (2005).

HE, Canfei; HE, Shuqi, MU, Enyi; PENG, Jian. Environmental economic geography: Recent advances and innovative development. **Geography and Sustainability**, vol. Volume . 3, Issue n. 2, pp. 152-163, 2022.

HOOGVELT, Ankie. **Globalization and the PostColonial World: The New Political Economy of Development**. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1997.

IADEROZZA, Fábio Eduardo. “O Consenso de Washington e o debate sobre o sistema de patentes no Brasil da década de 1990: a privatização da biodiversidade nacional”. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Problemática Ambiental Urbana: Abordagens Contemporâneas. Textos Didáticos**. Campinas, SP, n.º 63, IFCH / UNICAMP, Novembro / 2007.

IADEROZZA, Fábio Eduardo. **Neoliberalismo, sistema de Patentes e a liberalização do biomercado emergente no Brasil na década de 1990: a privatização do conhecimento tradicional e da biodiversidade nacional**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2015.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio de Janeiro, Johannesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2007.

LASZLO, Christopher; ZHEMBAEVA, Nadya. **Sustentabilidade incorporada: a nova vantagem competitiva**. Tradução Maya Reyes-Ricon, do inglês: *Embedded Sustainability: A Strategy for Market Leaders*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

LEIS, Héctor Ricardo; D’AMATTO, José Luis. O Ambientalismo como movimento vital: Análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, 1994.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MEADOWS, Donella H. et al. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978 (1972).

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2008.

MOURA, Iara; RODRIGUES, Isabelle. (Com a colaboração de Pedro D’Andrea). A realidade por trás da Ternium Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 21 de novembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Rio + 20: Reflexões sobre Geopolítica e Ideologia. **Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica**. Rio de Janeiro, Ano II, Número 4, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoecoesonomia/854>. Acesso em: 25 set. 2024.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344349857_Geopolitica_Ambiental_A_construcao_ideologica_do_Desenvolvimento_Sustentavel_1945-1992. Acesso em: 25 set. 2024.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Agenda 2030 sob o olhar das periferias: limites e imposturas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Geografares**, Vitória, Brasil, v. 4, n. 38, p. 13–34, 2024. DOI: 10.47456/geo.v4i38.44812. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/44812>. Acesso em: 25 set. 2024.



ONU. Transformando Nosso Mundo: **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, Assembleia Geral das Nações Unidas (A/RES/70/1), 25 de setembro de 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 out. de 2015.

PECCEI, Aurelio. **The Chasm Ahead**. New York: Macmillan, 1969.

REBÊLO JÚNIOR, Manoel. **O Desenvolvimento Sustentável: A Crise do Capital e o Processo de Recolonização**. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002 (1996).

SCHMIDHEINY, Stephan. **Mudando o Rumo: Uma Perspectiva Empresarial Global sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

TAVARES, Thiago Roniere Reboças. **Sufrimento ambiental por contaminação do ar e da água nos arredores da Siderúrgica Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro): Um estudo sobre injustiça ambiental**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

SWARNAPALI, RM Nayana C. Sustentabilidade corporativa: uma revisão de literatura. **Revista para pesquisadores e educadores de contabilidade**, 1 (1), 2017.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**, General Assembly of United Nations (A/RES/70/1), 25 September 2015.

Páginas Eletrônicas Consultadas:

<https://br.ternium.com/>.

<https://g1.globo.com/>.

<https://www.gbcbrazil.org.br/>.

<https://www.globalreporting.org>.

<https://www.mrs.com.br>.

<http://www.sustainablevaluepartners.com>.

<https://worldsteel.org/>.